

Um remendo chamado PAC

Depois de muitas idas e vindas, o governo finalmente divulgou esta semana o tão alardeado pacote econômico que, segundo seus progenitores, irá tirar o Brasil do marasmo do crescimento que nos acompanha há mais de duas décadas. É de fato bastante incômoda esta posição de retardatário do crescimento mundial, mormente em período tão favorável para as economias em desenvolvimento. Infelizmente, porém, não será o PAC que dela nos livrará.

Antes de dizer porque o PAC é insuficiente para destravar a economia brasileira, é preciso identificar as causas do baixo crescimento, que são, em grande medida, estruturais, e não conjunturais. Demandam, pois, reformas, e não pacotes simplistas recheados de marketing. Com efeito, a pesquisa empírica revela que o pífio crescimento brasileiro se deve a um conjunto de fatores que o PAC apenas tangencia, incluindo: baixo nível educacional da força de trabalho; péssimo clima para negócios; infra-estrutura em estado calamitoso; gastos públicos correntes em patamar elevadíssimo; carga de impostos alta e estrutura tributária ineficiente; tênue garantia dos direitos de propriedade, e proteção tarifária ainda elevada. Por limitação de espaço, focaremos apenas em alguns destes verdadeiros gargalos e sua relação (ou ausência de) com o PAC.

O pacote lançado pelo governo consiste, grosso modo, de algumas reduções de impostos para setores selecionados (o que em si suscita a questão de “escolha de vencedores” por burocratas em Brasília); e de aumento do investimento público, com ênfase para infra-estrutura. Vale dizer que em certa medida o diagnóstico do governo, de que é preciso reduzir impostos e melhorar o estado da infra-estrutura, é correto. Errado é o remédio proposto: escolher vencedores e aumentar os gastos públicos reduzindo o superávit primário. Já no que tange a contenção das despesas correntes, um dos maiores entraves ao crescimento pelos seus efeitos perversos sobre os juros e a carga de impostos, apenas uma proposta minguada de diminuição *da taxa de crescimento* dos gastos reais com os servidores públicos. É muito pouco para um país onde o setor público deveria gastar, dada a nossa renda *per capita*, na faixa de 20% a 25% do PIB, e não 33%.

Investimentos em infra-estrutura são mesmo mais do que urgentes, principalmente nas áreas de transporte e energia. Estudos empíricos mostram que cerca de 30% da diferença entre nosso PIB e o da Coréia se deve à diferença de infra-estrutura entre ambos. Mais ainda, investimentos em infra-estrutura são fontes geradoras, “causais”, no linguajar do economista, de outros tipos de investimento.

Mas isto não significa que o Estado seja o agente mais apropriado para fechar esta lacuna. Uma solução mais inteligente do que a apresentada no âmbito do PAC seria revigorar as Agências Reguladoras, o que atrairia o investimento privado - hoje temeroso de mudanças de regras pelo ministro da vez - para a área de infra-estrutura. Um maior participação do setor privado aumentaria a eficiência dos investimentos e economizaria escassos recursos públicos. Para o caso dos investimentos com baixo retorno privado, mas alto retorno social, o governo poderia entrar subsidiando parte do investimento (idéia das PPPs), mas, de novo, não há necessidade que o Estado seja o empreendedor dos projetos.

O ponto mais incômodo do PAC é, contudo, a redução do superávit primário que ele enseja. Ao contrário do argumentado pelos autodenominados “desenvolvimentistas”, a evidência internacional mostra de modo cabal que superávits primários elevados em países com endividamento alto, como é o nosso caso, não atrapalham o crescimento. Muito pelo contrário, quando o governo economiza recursos e com eles recompra sua dívida mais rapidamente, o risco fiscal cai e com ele os juros reais de longo prazo. Juros reais de longo prazo menores, por sua vez, tornam mais atraentes os investimentos, incluindo os em infra-estrutura.

Em resumo, a necessidade premente de melhorarmos a nossa infra-estrutura para crescermos mais celeremente não deveria ser enfrentada com mais Estado, mas sim com mais setor privado. Manutenção de superávits primários na casa dos 4.5% e fortalecimento das Agências Reguladoras assegurariam a vinda destes recursos.

Carlos Eduardo Soares Gonçalves é doutor em economia e vice-coordenador do programa de pós-graduação da FEA-USP.